



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Projeto de lei

Mais um salário à Educação

(A Notícia, pág. 18)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 13/12/11



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Política	Data: 13/12/11
Assunto: Mais um salário à Educação		Página: 18

Projeto de lei

Mais um salário à Educação

Carlito pretende dar abono aos cerca de 4 mil servidores municipais da área

A Prefeitura enviou à Câmara de Vereadores um projeto de lei que concede abono de um salário – uma espécie de 14º pagamento – aos cerca de 4 mil servidores da Educação municipal. A medida representa um gasto de R\$ 10 milhões e o dinheiro virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O prefeito Carlito Merss (PT) diz que é uma forma de retribuir as conquistas da área, como o Prêmio Professor Nota Dez e boas notas no Índice de Educação Básica (Ideb). Para a oposição, seria um jeito de a Prefeitura compensar a má administração, atingir às pressas metas do Fundeb e os 25% dos investimentos constitucionais com educação – e que pode descontentar outras áreas do funcionalismo.

O secretário de Educação, Marcos Fernandes (PT), diz que a decisão foi do prefeito. Segundo ele, a pasta poderia investir em reformas ou compra de equipamentos, permitida pelo Fundeb, mas Carlito optou por valorizar servidores. “Podia gastar com pintura de carteira, mas resolvi reconhecer os professores”, afirma o prefeito. “Se houvesse um Fundeb para cada secretaria, daria abono a todos.”

Para o secretário, houve melhora na arrecadação, o que eleva o repasse do Fundeb. Como pelo menos 60% do recurso têm de ser investidos em pessoal, o abono ajuda a passar a meta. Para o chefe de gabinete, Eduardo Dalbosco, a medida contribui para atingir o limite constitucional de investir 25% dos recursos em Educação. O secretário de Educação diz que uma coisa não interfere na outra.



Benefício pode descontentar outros setores

O projeto de lei foi avaliado ontem e deve voltar hoje à Comissão de Legislação da Câmara. A Prefeitura pediu prioridade ao projeto. O líder da oposição, Maurício Peixer (PSDB), disse que o bloco defende a valorização de professores, mas fica preocupado com o descontentamento que o abono pode criar

em outros servidores. “Pode criar um racha no funcionalismo e sobrar até para os vereadores o fato de uns ganharem e outros não”, argumenta.

Se aprovado pelo Legislativo, o abono deve ser pago até 20 de janeiro e representa um salário a mais, sem ônus aos servidores da Educação. O valor não incide

sobre férias, 13º salário e outros benefícios pagos pela Prefeitura. O chefe de gabinete, Eduardo Dalbosco, diz que a proposta já atenderia a pedidos do Sindicato dos Servidores Municipais (Sinsej) sobre valorização de servidores e não é moeda nas negociações trabalhistas de 2012, que já estão ocorrendo.

Entenda o abono

- A Prefeitura quer dar um 14º salário a todos os servidores da Educação neste ano.
- O projeto tem de passar na Câmara para valer. Se aprovado, o pagamento será feito até 20 de janeiro.

R\$ 10 MILHÕES

é o impacto que o abono vai ter.

4 MIL SERVIDORES

tem a Secretaria de Educação, a maior pasta municipal.

FUNDEB

O dinheiro vai vir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Como a receita do município cresceu, o repasse do fundo também aumentou e é preciso atingir limites de gastos.

PARA A PREFEITURA

O abono é um reconhecimento a conquistas da Educação, como o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, do MEC, Professor Nota 10, as notas do Ideb, 30 medalhas conquistadas em competições de matemática e outras áreas.

PARA A OPOSIÇÃO

Houve má administração do recurso, que poderia ser usado em reforma de escolas, e a Prefeitura corre contra o tempo para atingir o limite de 60% de gastos com valorização de pessoal do Fundeb e os 25% de investimentos constitucionais com Educação.